

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

2010



Este suplemento faz parte integrante da Revista «TOC» N.º 117 – Dezembro 2009

ORDEM
dos TÉCNICOS OFICIAIS de CONTAS

Plano de actividades e orçamento para 2010

1 INTRODUÇÃO

Nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, que alterou o Estatuto da Câmara para Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e na sequência da criação e eliminação de alguns Órgãos, prevê-se a realização de eleições nos primeiros seis meses após a data da sua publicação.

Tal situação criou, como aliás aconteceu nos anos de eleições na vigência da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, o facto peculiar de o documento orientador da actividade da Instituição poder ser elaborado por pessoas que não fossem eleitas no acto eleitoral seguinte.

Perante esta aparente contradição, a continuidade da vida da Instituição não pode ser sacrificada. Mesmo que não sejam as mesmas pessoas a executar os documentos e deles discordando, têm a possibilidade de os substituir, total ou parcialmente, em assembleia-geral extraordinária.

A elaboração dos presentes documentos substancia-se, por isso, no cumprimento de um dever estatutário e não numa presunção de continuidade, facto que apenas o acto eleitoral pode decidir.

É perante esta realidade que estes documentos são elaborados, não obstante vertermos neles o nosso pensamento e a nossa leitura do que representa para a Ordem o ano de 2010, e os actos e acções que são os mais adequados à resolução dos problemas dos profissionais.

Com efeito, 2010 representa o primeiro ano de aplicação das novas realidades emergentes da alteração estatutária que vem dar uma visibilidade mais acentuada à profissão e novas valências no domínio da actuação dos TOC, com a conseqüente abertura de novas oportunidades, que os TOC têm de saber explorar e executar, competindo à entidade reguladora abrir novos horizontes, procurando caminhos que apenas os profissionais devem trilhar.

A missão da Instituição não é fazer o trabalho pelos profissionais, mas sim procurar encontrar as vias e os percursos que possibilitem a sua execução de forma mais integrada e com maior segurança.

Esse é o nosso papel. Embora cada um possa fazer dele uma leitura pessoal, é nossa convicção que a profissão, com a serenidade e credibilidade

que estes factos implicam, tem conseguido escalar o íngreme caminho do reconhecimento, da credibilidade e da dignificação.

Essa é a força que nos move na resolução dos problemas. Força e ânimo que têm de ser enquadrados num contexto mais global, para que todos concorram para um objectivo comum.

Para tanto, todos aqueles actos e acções devem centrar-se na estratégia que a seguir apresentamos.

2 ESTRATÉGIA GLOBAL

As diversas acções encetadas e desenvolvidas pela Ordem devem ter um objectivo bem delineado.

A não ser assim, os actos surgirão desenquadrados, concorrendo entre si, sem que se vislumbre a meta para onde todos devem convergir.

As grandes conquistas consagradas na alteração ao Estatuto da Ordem, constantes do Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, se não forem devidamente ponderadas e assimiladas por todos os profissionais, em vez de se constituírem como um conjunto de novas oportunidades, podem converter-se numa série de pesadelos, desperdiçando-se uma ocasião de ouro de consolidação e credibilização dos profissionais da Contabilidade.

Na verdade, os novos espaços conquistados para os Técnicos Oficiais de Contas devem ser cuidadosamente estudados, ponderando-se a sua execução para que dela resulte uma mais-valia profissional, o que dificilmente se concretizará caso não haja forte motivação de toda a classe.

A atitude profissional perante os novos desafios revela-se de grande importância, pelo que competirá à Instituição o acompanhamento permanente da sua aplicação, para que se atinjam as metas desejadas.

Tratam-se de fenómenos complexos, onde a individualização deste ou daquele ponto nem sempre se revela fácil, pelo que teremos de ter uma noção integrada dos factos e saber que os grandes projectos se constroem, normalmente, de pequenas coisas.

Não obstante as dificuldades, a credibilidade por todos ansiada só poderá ser alcançada partindo de uma perspectiva global, onde a formação ocupe um papel de capital importância.

Também a ética e deontologia profissional,

a lealdade entre colegas, a forma como nos comportamos em sociedade, o rigor colocado nos serviços que executamos, o apego aos valores de interesse público que foi reconhecido à nossa profissão, merecem relevo. Só assim conseguiremos erguer os pilares em que se edificará uma profissão diferente, mais responsável, com maior qualidade e mais dignificada.

Não cultivamos megalomanias. Gostamos de grandes projectos, da ousadia, do arrojo para seguir em frente, mesmo quando a dúvida nos assalta. Os passos que trilhamos terão de ser firmes e sólidos, pois sobre eles assentará uma grande profissão: a dos Técnicos Oficiais de Contas.

A estratégia global de actuação da Ordem sustenta-se na necessidade de consolidar e aproveitar de forma positiva as novas oportunidades que se abrem aos profissionais com a alteração do Estatuto e implementação do SNC. É nossa convicção que à Instituição reguladora cabe apoiar os profissionais nos seus anseios e dificuldades. A estes compete construir, pelas suas atitudes e actos, uma classe profissional à altura dos enormes desafios que o futuro coloca.

É desafiando esse futuro e aceitando que somos também seus construtores, que pensamos executar a estratégia global definida para 2010, através das seguintes iniciativas, que de seguida se apresentam.

3 FORMAÇÃO

A formação, momento em que adquirimos, aprofundamos ou relembramos conhecimentos, continuará a ser, para a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, um objectivo prioritário.

Quem conhece minimamente a estrutura e a volatilidade do quadro normativo da nossa profissão, tem plena consciência que não é possível aspirar a padrões mínimos de qualidade se não dedicarmos um grande esforço na organização de formação profissional para os Técnicos Oficiais de Contas.

É com a consciência dessa necessidade que continuaremos a manter a formação apoiada na seguinte estrutura:

3.1 – Formação eventual: pretende sensibilizar os profissionais para as alterações legislativas operadas no nosso ordenamento jurídico ou criação de nova legislação. Continuará a realizar-se em todas as sedes de distrito, levando até

aos profissionais a interpretação que fazemos da lei, bem como a forma mais segura da sua aplicação.

Contrariamente ao que tem acontecido em anos anteriores, atendendo ao período em que se espera esteja aprovado o Orçamento do Estado para 2010, prevê-se a realização de quatro acções de formação eventual, sendo uma em Janeiro, outra sensivelmente em Fevereiro/Março, uma terceira, como é hábito, em Junho/Julho e a quarta nos meses de Outubro/Novembro.

Uma vez que estamos no primeiro ano de aplicação do SNC e, a exemplo do que já ocorreu em 2009, admite-se a possibilidade de, nas formações relacionadas com o novo modelo, participarem os colaboradores dos Técnicos Oficiais de Contas. O mesmo deverá suceder relativamente ao Código Contributivo.

3.2 – Formação segmentada: este tipo de formação, com duração compreendida entre as 8 e as 16 horas, será ministrada de acordo com o plano anual de formação elaborado pela Ordem e que pensamos divulgar até final de 2009.

O seu objectivo consiste em ministrar formação sobre temas que, pela sua dimensão ou profundidade, possam ser enquadrados entre as 8 e 16 horas de leccionação.

Será organizada em qualquer local, desde que se consiga, no mínimo, reunir 30 membros.

As formações segmentadas, desde que revelem interesse e seja possível o seu enquadramento temporal, para além de presenciais, realizam-se também sob a forma de formação à distância, possibilitando a sua frequência aos profissionais que residam em locais onde não seja possível reunir os membros necessários.

3.3 – Formação permanente: a formação permanente, com uma duração compreendida entre 16 e 32 horas, tem como objectivo a análise de temas, que pela sua dimensão, têm um grau de dificuldade elevado.

A sua realização obedece às características estabelecidas para a formação segmentada.

3.4 – Formação recorrente: procurando ir ao encontro das reais necessidades dos profissionais, a Ordem realizará esta formação nos locais onde se encontrarem, pelo menos, 30 membros interessados.

Este tipo de formação, já com bastante procura por parte dos TOC, possibilita que, à margem da programação normal do plano de formação, os profissionais possam, de acordo com a sua disponibilidade, solicitar a sua realização.

Existe apenas uma condicionante: é obrigatório tratar-se de formação já ministrada pela nossa Instituição.

3.5 – Formação à distância: a dispersão dos profissionais pelos mais diversos pontos do País, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nem sempre facilita a conjugação de vontades e disponibilidades que possibilitem a reunião de um número mínimo de interessados para concretizar a formação de modo presencial.

Tal facto era susceptível de criar distorções e diferenciações de oportunidades de formação aos membros.

Conscientes destes factos, temos vindo a desenvolver uma nova modalidade de formação que designamos por formação à distância.

Embora não seja um modelo novo, atendendo ao desenvolvimento do ensino à distância em diversas universidades portuguesas, a formação desta natureza tem a desvantagem de isolar o formando, acabando por criar maiores dificuldades de intercomunicação ou até de compreensão das matérias.

Daí a necessidade de se criar diversos mecanismos que destruam as barreiras físicas entre formandos e formadores, procurando encontrar-se sucedâneos que criem interactividade e interesse nas matérias objecto de formação.

O novo sistema de formação tem vindo paulatinamente a ganhar adeptos, não só pela liberdade que propicia, mas também pela qualidade dos textos abordados.

A Ordem, no decurso de 2010, continuará a apostar fortemente neste segmento formativo, na convicção que ele acaba por representar uma fonte inesgotável de oportunidades.

Os temas a ministrar serão oportuna e publicamente divulgados com o plano de formação anual.

3.6 – Considerações gerais: conforme referimos, uma das mais importantes batalhas a vencer pelos profissionais é a batalha da qualidade e esta só pode ser garantida com uma grande aposta na formação.

As condições logísticas que se têm verificado em algumas localidades onde ministramos as formações de carácter presencial nem sempre têm sido as mais desejáveis, dada a dificuldade em encontrar espaços, que ofereçam melhores soluções.

Com especial relevo para o distrito de Lisboa, local onde se concentra cerca de 27 por cento dos profissionais, a Ordem tem dispendido verbas significativas com o aluguer de espaços e equi-

pamentos destinados à formação. Muitas vezes, o retorno não é compatível com os valores envolvidos.

Perante estes factos e a possibilidade de se realizar um projecto em conjunto com a «Casa do TOC», a Ordem, em 2010, irá constituir uma comissão eventual que terá como objectivo avaliar a possibilidade de aquisição de espaço ou instalações que viabilizem a criação de um centro de formação e, em simultâneo, a instalação da «Casa do TOC».

A exemplo do que já aconteceu com algumas acções de formação, sempre que se julgue aconselhável, permitir-se-á a frequência dos colaboradores dos Técnicos Oficiais de Contas nas acções realizadas pela Ordem.

De igual modo, as acções de formação podem ser frequentadas por membros estagiários nas mesmas condições em que participam os membros efectivos.

Nos eventos de carácter formativo a realizar em 2010, em parceria com outras entidades ou com objectivos específicos, pode ser autorizada a participação de pessoas ou entidades que não estejam inscritas na Ordem, desde que assim deliberado.

4 APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

O apoio social aos Técnicos Oficiais de Contas tem merecido, por parte da Ordem, um elevado grau de preocupação, não só pelas condições objectivas em que a profissão é exercida, mas também procurando conjugar sinergias específicas que a Ordem, pela sua dimensão, pode gerar, fazendo-as reverter em benefício dos Técnicos Oficiais de Contas, o que se materializa através do seguinte programa:

4.1 – Seguro de responsabilidade civil: A exemplo do que tem acontecido em anos anteriores, a Ordem, em 2010, continuará a oferecer aos seus membros o seguro de responsabilidade civil previsto no Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

A OTOC apenas é tomadora do seguro, sendo seus beneficiários os profissionais nela inscritos, nos termos e condições previstas no respectivo regulamento, pelo que qualquer conflito ou indemnização deve ser tratado directamente entre os membros e a companhia seguradora.

Tal facto não impede que os TOC, quando se julguem indevidamente enquadrados e/ou os seus direitos postergados, não possam solicitar a ajuda da OTOC, constituindo-se esta como assistente no

processo e primeira interessada, de modo a que o espírito que orientou a subscrição do seguro seja mantido por todas as partes.

4.2 – Fundo de pensões: Conforme se descreve nas razões que sustentaram a criação do fundo de pensões dos Técnicos Oficiais de Contas, agora consagrado em forma de lei, a sua função é complementar e não é a base de atribuição de reformas.

Em Novembro de 2010, completam-se os primeiros cinco anos de vida do fundo, período considerado de carência, pelo que a partir daquela data, passa a reconhecer-se os direitos dos membros às participações efectuadas, tenham elas natureza privada ou institucional, nos termos definidos no seu regulamento, isto é, no momento em que for atribuída a reforma ao membro.

No que concerne a 2010, os direitos a reconhecer por parte do fundo englobam todos os TOC que já se encontrem reformados e com a inscrição em vigor, bem como todos aqueles que se reformem a partir do início do reconhecimento dos direitos.

A Ordem tem vindo, anualmente, através das suas receitas próprias, a conferir uma dotação para o fundo no valor de um milhão de euros, que é acrescido do valor recebido pela renda do edifício da antiga sede, propriedade da Ordem, na Avenida 24 de Julho, em Lisboa.

Em 2010, a Ordem manterá a mesma política, consignando das suas receitas normais o montante de um milhão de euros para o fundo de pensões, valor acrescido do montante das rendas das instalações acima referidas.

4.3 – Fundo de solidariedade social: Este fundo, com uma dotação anual de 250 mil euros, tem como missão apoiar os membros em situações delicadas, que lhes impossibilitem a angariação do seu sustento para uma vida com um mínimo de dignidade.

Para além desse objectivo, este fundo tem também como função garantir que nenhum membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas tenha um rendimento de reforma inferior à remuneração mínima garantida.

Assim, o fundo continuará a apoiar as situações de apoio existentes, desde que se mantenham os pressupostos da sua atribuição, bem como atribuirá o complemento de reforma aos membros reformados, cuja pensão seja inferior ao valor mencionado.

4.4 – Seguro de saúde: Numa iniciativa inédita, a Ordem, ao tempo Câmara dos Técnicos Oficiais

de Contas, abriu um concurso para adjudicação de um seguro de saúde que constituísse uma garantia para os seus membros e que suportasse o pagamento de despesas de internamento e intervenção cirúrgica.

No primeiro ano de exploração do seguro, embora admitindo-se que o mesmo não era suficientemente conhecido, verificou-se uma rentabilidade positiva razoável, o que indicia uma boa margem de negociação para aditar às coberturas previstas outras valências, nomeadamente algumas situações de ambulatório.

Sem prejuízo da possibilidade de aditamento de novas coberturas, dependendo dos resultados de exploração que se verifiquem em 2009, o que de algum modo condicionará os objectivos pretendidos, no próximo ano a Ordem continuará a oferecer a todos os membros com inscrição em vigor o seguro de saúde.

4.5 – «Casa do TOC»: O projecto «Casa do TOC» tem por objectivo criar um espaço físico onde os membros se possam encontrar, conviver, partilhar saberes e experiências de vida, para além de, em situações devidamente justificadas, sempre que possível em colaboração com a Segurança Social, funcionar, eventualmente, com sistemas de internamento.

Um projecto com esta dimensão envolve custos muito significativos que a Instituição não tem condições de suportar de imediato.

Não obstante, e atendendo ao mérito do projecto, a Ordem tem vindo a consignar anualmente uma verba de 500 mil euros, totalizando no final de 2009 um montante de um milhão e 500 mil euros.

A Ordem tem vindo a desenvolver a ideia da realização de um projecto conjunto que englobe um centro de formação e a «Casa do TOC», em Lisboa, o que propiciaria sinergias muito significativas.

Das pesquisas encetadas constata-se a existência de espaços e meios que possibilitarão, a curto prazo, a realização deste grande sonho dos profissionais, constituindo-se, em 2010, uma comissão que terá como missão a análise e escolha do local para a edificação deste projecto.

5 COMUNICAÇÃO

A comunicação entre as instituições e os seus membros revela-se fundamental para a transmissão de pensamentos, orientações e ideias, sendo elemento preponderante na criação e desenvolvimento de sinergias e acção institucional.

A universalidade e profundidade dos temas tratados diminuiu de forma muito significativa a fronteira da missão de informação e formação, confluindo, não raras vezes, para um mesmo objectivo.

Por isso, falar-se de informação, pode muitas vezes implicar a própria formação, entendida esta de forma universal e abrangente.

O grande problema actual, contudo, e que não se colocava há cerca de 30 anos, é a selecção e assimilação do elevado caudal informativo disponível.

Uma das preocupações centrais da Ordem, não é a de aumentar a informação, mas sim seleccionar qual a mais importante para os seus membros no âmbito profissional, bem como a forma da sua organização, tornando mais fácil a sua assimilação. A base da informação da Instituição tem assentado em três grandes pilares:

- a) A informação escrita, consubstanciada na Revista «TOC» e outras publicações da OTOC;
- b) A informação informática, sustentada no CD-ROM SITOC, esta com pendor quase exclusivamente técnico;
- c) A informação electrónica sustentada nas informações contidas no *site* TOC bem como nas comunicações realizadas através de meios *online*, nomeadamente o *e-mail*.

As mudanças, como as entendemos, devem ser implementadas de forma sustentada e serem pacificamente vividas e assimiladas pelos seus destinatários.

O elevado número de membros inscritos na OTOC, a heterogeneidade de idades, formação, saberes e experiências, aconselham a que não se diminua os meios de comunicação, mas que se mantenham os existentes, tornando-os cada vez mais eficazes e eficientes no cumprimento da missão de informar/formar.

Dentro deste espírito orientador, em 2010, no domínio da comunicação, pensamos executar as seguintes acções:

- a) Manter a publicação mensal da Revista «TOC», procedendo ao seu envio gratuito para os membros que tenham a inscrição em vigor e as quotas em dia e possibilitar, aos membros estagiários, enquanto mantiverem aquela condição, a assinatura da mesma;
- b) Proceder à publicação semestral ou quadrimestral da revista científica «Contabilidade e Gestão», conforme o fluxo de artigos que possibilitem a sua edição, procedendo à sua distribuição gratuita a todos os membros, bem como aos estagiários, nos termos previstos para a Revista «TOC»;

c) Repensar a estrutura do actual CD-ROM SITOC, bem como a forma de armazenamento da informação e conteúdo da base de dados, procedendo a alterações que melhorem a apresentação e pesquisa da informação, bem como acrescentando novas bases de dados de consulta que julgamos importantes para a profissão.

Estas ideias podem implicar mudanças profundas na forma de armazenamento, tratamento e actualização das bases de dados, bem como na procura de outras soluções técnicas que se revelem mais evoluídas do que as utilizadas actualmente;

d) Repensar a actual estrutura e forma do *site*, procurando imprimir-lhe maior dinâmica, bem como uma forma diferente de organizar os seus elementos, facilitando a pesquisa e acesso à informação, procurando uma relação mais “amigável” com os seus utilizadores.

No âmbito do *site*, pretendemos criar uma nova funcionalidade em área restrita que se traduza em respostas imediatas e directas a questões simples colocadas pelos membros, as quais podem ser consultadas por qualquer TOC. Por outro lado, iremos analisar a possibilidade de, em termos técnicos, os pareceres elaborados pela OTOC serem, de imediato, disponibilizados na base de dados do CD, na versão *on-line*;

e) Implementar um novo meio de comunicação denominado «Web TV», através do qual se divulguem os eventos realizados pela OTOC, bem como informações consideradas relevantes para o exercício da profissão.

6 APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS

É nossa convicção que a qualidade dos serviços prestados por qualquer profissão é elemento imprescindível para a sua credibilidade e dignificação. Desde sempre que este é o nosso entendimento e, atendendo às características intrínsecas da profissão, embora tendo um carácter indicativo, temos vindo a fazer um grande esforço de apoio técnico aos membros. Este apoio consubstancia-se em diversas manifestações, eventos ou ferramentas que são disponibilizadas aos profissionais. Com a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o apoio técnico adquire nova dimensão e importância. Tendo como pressuposto a obtenção de metas qualitativas para os profissionais, suportadas numa filosofia de apoio permanente aos seus membros, em 2010, neste domínio, executaremos as seguintes acções:

- a) Realização das habituais reuniões livres em todas as sedes de distrito uma vez por mês, com duração de quatro horas. Na primeira metade abordar-se-ão exclusivamente questões relacionadas com o SNC;
- b) Edição e distribuição mensal gratuita ou disponibilização diária da base de dados técnicos da OTOC, denominada CD-ROM SITOC, conforme o desenvolvimento técnico que venha a ser adoptado, tendo como linha orientadora a sua disponibilização *online* com actualização diária na área restrita do *site*. Está previsto o desenvolvimento técnico que possibilite aos profissionais transportarem aquela base de dados através de ferramentas electrónicas, tais como DVD, *pen* ou outros meios informáticos de armazenamento e transporte de informação;
- c) Distribuição mensal e gratuita da Revista «TOC»;
- d) Proceder a uma análise sobre a forma, conteúdo e estrutura da Revista «TOC», com o objectivo de reordenar as temáticas abordadas, visando uma melhor e mais eficiente compreensão das matérias;
- e) Edição e distribuição gratuita da revista científica «Contabilidade e Gestão»;
- f) Elaboração, em tempo útil, sempre que possível, de resposta às questões de âmbito técnico colocadas pelos membros;
- g) Implementação de um serviço de resposta *online* a questões simples colocadas em lugar próprio no *site* da OTOC em área reservada e que poderão, posteriormente, ser consultadas por qualquer membro;
- h) Realização de inquéritos semestrais aos membros relacionados com as suas necessidades de apoio técnico e profissional.
- i) Realização de inquéritos trimestrais aos membros, no sentido de auscultar as suas necessidades de formação profissional.
- j) Caso se conclua pela necessidade de um maior esforço para a compreensão, assimilação e aplicação do SNC, será promovida a realização de um dia de formação específica sobre aquela temática, assente em casos práticos.

7 ANÁLISE AO FUNCIONAMENTO INTERNO DA ORDEM

A estrutura funcional foi concebida num contexto organizacional adaptado à realidade orgânica existente na então Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, tendo respondido de forma eficiente e apropriada às necessidades.

A alteração da estrutura orgânica da Instituição, materializada na supressão de alguns órgãos e na criação de outros, poderá conduzir à necessidade de reajustamentos organizacionais no funcionamento da nova Ordem.

Com o objectivo de se produzirem as alterações organizacionais que melhor se adaptem ao novo contexto emergente do funcionamento da Instituição, no decurso de 2010, realizar-se-á uma análise à sua estrutura e funcionamento, com o objectivo de avaliar e implementar as alterações que se vierem a revelar necessárias e aconselháveis.

8 A MULHER NA PROFISSÃO DE TOC

Embora todos pugnem pela igualdade de tratamento social e profissional entre homens e mulheres, sem quaisquer diferenciações em função do género, a verdade é que existem diferenças objectivas que criam realidades distintas que não podemos nem devemos ignorar.

Esclareça-se que a análise destas diferenças não pode nem deve conduzir a sentimentos depreciativos ou minorizados, mas antes reconhecer uma diferenciação orientadora entre os dois géneros que, conhecida e respeitada, conduzirá à aceitação e respeito mútuos.

É o caso, por exemplo, da maior dificuldade de gestão das questões profissionais durante o período de gravidez e nascimento dos filhos.

Não pretendemos com esta iniciativa gerar estigmas ou apreciações negativas entre géneros, mas antes reconhecer as diferenças intrínsecas entre homem e mulher. Perante esta realidade incontornável, pretende-se encontrar as soluções que se revelem adequadas para o cumprimento da missão que a cada um compete desempenhar.

Imbuídos deste espírito levaremos a cabo as seguintes acções:

- a) Duas conferências, uma em Lisboa e outra no Porto, em que se debatam as dimensões específicas da mulher e os respectivos reflexos no exercício da profissão de TOC;
- b) Procurar encontrar, em colaboração com o Ministério das Finanças, mecanismos funcionais que possibilitem às mulheres TOC, quando impedidas, devido à maternidade, o cumprimento por estas ou por outros profissionais a indicar pela Ordem, das obrigações fiscais das contabilidades pelas quais sejam responsáveis.

9 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A Comissão de História da Contabilidade continuará a promover os actos e acções necessárias à implementação e desenvolvimento deste vertente da Contabilidade.

Em 2010, realizar-se-ão dois encontros sobre a história da Contabilidade, sendo um no Porto e outro em Lisboa.

Também no próximo ano será desenvolvido um conjunto de iniciativas, em colaboração com as escolas de ensino superior, cujos cursos dão acesso à profissão, no sentido de sensibilizar professores e alunos para a investigação nesta importante área.

Sempre que possível, e as circunstâncias o aconselhem, os eventos realizados pela Ordem através da Comissão de História da Contabilidade terão a participação de elementos de outras organizações com quem a Ordem mantém colaboração, com especial relevo no âmbito do estabelecimento de protocolos.

A Ordem, através da Comissão de História da Contabilidade, participará nos eventos realizados por outras instituições, sempre que se julgue pertinente em razão das matérias a abordar ou no âmbito de tratamento de reciprocidade.

10 RELACIONAMENTO INTERNACIONAL DA ORDEM

O relacionamento internacional da OTOC continuará a basear-se numa política de consolidação, participando nos organismos internacionais de que faz parte. É o caso do CILEA (Comité de Integração dos Países Latinos da Europa e América) do qual fazem parte cerca de 30 países e no qual a OTOC ocupa uma das sete vice-presidências.

Continuará a integrar e a participar activamente, através dos grupos de trabalho, bem como nas conferências e *meetings* internacionais realizados pela EFAA (Federação Europeia dos Contabilistas e Auditores das Pequenas e Médias Empresas).

Entretanto, na sequência do requerimento de inscrição apresentado ao IFAC (Federação Internacional dos Contabilistas), aguarda-se que, no decurso de 2010, a Ordem possa vir a ser membro de pleno direito daquele organismo.

No próximo ano vão iniciar-se os contactos necessários com a FEE (Federação Europeia de Contabilistas), para, em colaboração com a OROC (Ordem dos Revisores Oficiais de

Contas), preparar a admissão da OTOC àquela organização.

Para além do relacionamento institucional com os organismos internacionais agregadores dos profissionais da Contabilidade e da Fiscalidade, a Ordem dará uma especial atenção ao aprofundamento das relações e à colaboração com os profissionais de língua portuguesa.

Naquele domínio continuaremos, de forma profunda e interessada, a desenvolver e estreitar as relações com os «contadores» brasileiros, procurando, com a troca de saberes e experiências, desenvolver cada vez mais os objectivos e os caminhos mais seguros para a evolução profissional.

Com os responsáveis brasileiros continuaremos a desenvolver o projecto «Transferência de Conhecimentos», procurando levar aos restantes países lusófonos a nossa experiência e a nossa colaboração no estabelecimento de estruturas de ensino da Contabilidade, organização e formação profissional.

Atendendo ao acentuado desenvolvimento e maior necessidade de organização, em 2010 será dada prioridade às transformações profissionais que se espera venham a acontecer em Angola e Moçambique. O projecto apresentado em conjunto pela OTOC e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), visando a colaboração financeira do Banco Mundial, aguarda «luz verde» desta entidade.

Ainda no âmbito do relacionamento internacional, com os países inseridos no projecto «Transferência de Conhecimentos», pensamos, em concertação com o CFC, iniciar a colaboração para a realização, de dois em dois anos, de um encontro alargado de profissionais, subordinado ao tema, «Separados pelo Atlântico, unidos pela Contabilidade».

11 OUTRAS ACÇÕES E EVENTOS

Para além das actividades já mencionadas, e prosseguindo com uma dinâmica que já é familiar aos membros, dando por essa via uma visibilidade maior à profissão e aos profissionais, pensamos organizar e realizar, em 2010, uma série de eventos:

1. Conferência internacional a organizar pelo Gabinete de Estudos da OTOC, em parceria com o IDEFF (Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal) da Faculdade de Direito de Lisboa;

2. Realizar, em colaboração com a EFAA, uma conferência internacional em que se aborde o estado da profissão de contabilista na União Europeia e a necessidade de harmonização das funções a desempenhar em cada Estado membro;
3. Realizar, em colaboração com o Colégio dos Economistas Espanhóis, uma conferência, em Portugal e Espanha, abordando a realidade contabilística e fiscal de ambos os países;
4. Realizar, em colaboração com o Colégio de Economistas Espanhóis e outras instituições de regulação profissional, no Porto ou em Braga, o II Congresso da Euroregião, que em 2008 decorreu em Vigo;
5. Realizar, em colaboração com as instituições do ensino superior que ministram cursos de acesso à inscrição na Ordem, um dia de reflexão sobre o estado do ensino da Contabilidade em Portugal e a respectiva adequação ao exercício da profissão;
6. Definição das condições, bem como da estrutura dos respectivos exames de avaliação, para o acesso aos colégios da especialidade criados com a última alteração do Estatuto;
7. Manter, em moldes a definir pelo Conselho Directivo, os exames de acesso à profissão;
8. Manter e aumentar, na medida do possível, o controle da qualidade, definindo as condições que têm que ser observadas pelos requerentes para a dispensa prevista no n.º 5 do artigo 8.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
9. Analisar, com a Direcção-Geral dos Impostos, a forma de, nos serviços de finanças, se aplicar o direito de representatividade dos Técnicos Oficiais de Contas;
10. Propor e analisar, com a Direcção-Geral dos Impostos, a implementação de novas funcionalidades informáticas a realizar pelos Técnicos Oficiais de Contas;
11. Analisar e desenvolver, em colaboração com a Direcção-Geral dos Impostos e a DGITA, uma forma mais funcional da «Web Service», de modo a que os profissionais possam utilizar com mais segurança, fiabilidade e comodidade esta nova ferramenta;
12. Concertar, com a Direcção-Geral dos Impostos, prazos de disponibilidade dos formulários das declarações electrónicas, com vista ao seu conhecimento atempado por parte dos TOC;
13. Analisar com os destinatários da informação a forma e o meio de alterar os actuais formulários da Informação Empresarial Simplificada (IES), com vista à sua facilitação.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um plano de actividades é um documento que perspectiva o futuro, atende à experiência do passado, embora assente nas premissas do presente.

Não obstante a imprevisibilidade inerente a uma previsão, continuamos, como sempre o fizemos, a ousar de forma acentuada e a conduzir a Instituição e a profissão por caminhos que, em nosso entender, nos vão guindar ao sucesso e à realização profissional.

Não temos o dom de adivinhar o que o futuro nos reserva, mas temos a firme convicção, aliás comprovada com a recente meta alcançada com a alteração do Estatuto e a criação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas que o rigor, a qualidade, a honorabilidade e o intransigente respeito pelos valores que estão na base do reconhecimento do interesse público à nossa profissão, são pilares seguros que levarão a nossa actividade profissional a bom porto.

No rescaldo da alteração estatutária, processo que alguns profissionais, com o seu comportamento, quase deitavam a perder, não temos dúvidas que a meteórica ascensão da profissão e dos profissionais não teve como suporte uma luta reivindicativa, mas sim o reconhecimento de um direito conquistado ao longo de muitos anos e com inegáveis e fundamentais provas dadas.

Apenas algumas pessoas, profissionais e não só, por encandeamento das luzes da ribalta ou por concepções insustentáveis e completamente desactualizadas da realidade social portuguesa, não conseguiram ver que os TOC apenas pretendiam e pretendem aquilo a que têm direito.

Não defendemos o confronto como arma para a defesa dos profissionais, salvo em situações devidamente justificadas. Não acreditamos que, numa profissão com as responsabilidades da nossa, a lógica «revolucionária» nos possa conduzir a lado algum, mas acreditamos que, cumprindo o nosso dever, adquirimos o direito de sermos respeitados.

Esse é o primeiro dos princípios que tem orientado a nossa acção. Esse será, hoje, amanhã e sempre, o único que julgamos ter força e base sólida suficiente para suportar o direito dos profissionais e da profissão.

Porque acreditamos nisso, continuaremos a orientar-nos nesse sentido, com a inabalável convicção que ele é o melhor caminho para a profissão e para os membros.

Para o materializar, no que respeita às implicações financeiras, temos o seguinte:

Orçamento para 2010

Enquadramento

Nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, o Estatuto da nossa associação pública profissional sofreu alterações profundas, nomeadamente a sua denominação e a sua estrutura orgânica. A materialização destas alterações encontrar-se-á definitivamente concretizada na sequência do processo eleitoral, que terá lugar no início do próximo ano.

Entretanto, nesta fase transitória, até à tomada de posse dos órgãos que vierem a ser eleitos, os órgãos actuais dão cumprimento ao estipulado no novo Estatuto, já em vigor, com as devidas adaptações. Daí que, no âmbito das competências da Direcção, em funções, e nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 35.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), apresentamos o orçamento a ser submetido a discussão e votação assembleia-geral ordinária, nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 30.º do EOTOC.

Pressupostos gerais

A elaboração do presente orçamento teve como base os valores acumulados até ao mês de Setembro, projectados a valores anuais e tendo em conta, como não podia deixar de ser, as expectativas e compromissos assumidos, aliados à experiência dos anos anteriores.

No entanto, factores completamente novos surgiram no segundo semestre de 2009, tendo condicionado as nossas previsões, nomeadamente a introdução do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que motivou a organização de uma formação especial muito alargada. Esta foi a formação com o maior número de sessões sobre o mesmo tema, que decorreu durante um mês por todo o País, com início em Setembro e que incluiu a formação eventual mais participada da história da nossa Instituição. Complementarmente, organizou-se uma terceira série de “quartas-feiras livres”, intitulada «Noites SNC», teve lugar em todas as sedes de distrito e regiões autónomas, nos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro.

Outra alteração profunda com reflexo na vida da nossa Instituição foi a passagem a Ordem. Esta transformação gerou a necessidade de uma sessão de esclarecimento em todas as sedes de distrito e regiões autónomas.

Obviamente que toda esta actividade teve reflexos na contabilidade e interfere nos valores que projectámos para o próximo orçamento. Temos de ter em conta que se registaram acréscimos de custos ao recorrer a auditórios com lotação superior à habitual, para além dos encargos adicionais com formadores e deslocações. Em termos de proveitos não houve contrapartidas financeiras, uma vez que a Direcção deliberou que estas sessões, pela especial relevância e impacto que, nos tempos mais próximos reflectirão na actividade profissional, deveriam ser gratuitas para os seus membros.

Outro facto que influenciou as nossas contas foi a realização do 3.º Congresso que teve lugar no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, nos dias 24 e 25 de Setembro. Tratou-se de um evento que mobilizou um número de participantes sem precedentes na vida da nossa Instituição. Na verdade, contámos com mais de 5 mil participantes, naquele que é, sem dúvida, o mais memorável dos congressos da profissão.

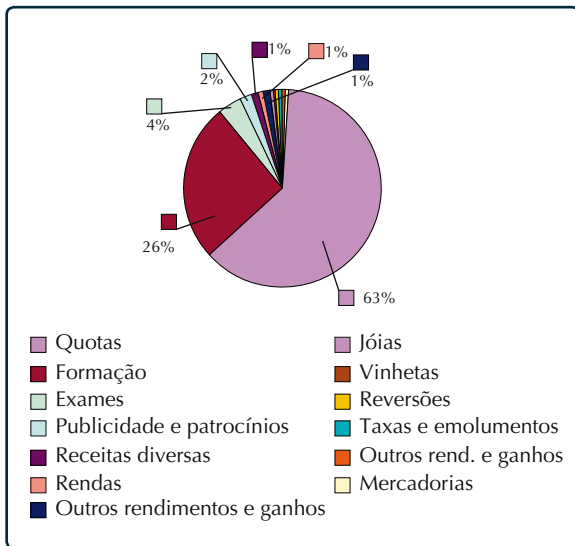
Todas estas actividades tiveram reflexos nos custos o que, naturalmente, se repercutiram na contabilidade dos meses posteriores. No entanto, houve lugar a pagamentos antecipados, como foram a reserva de auditórios e os manuais de formação.

Rendimentos

O total de rendimentos que se prevê para o próximo exercício é de 16 904 300 euros, distribuídos pelas rubricas constantes do mapa abaixo.

(Valores em euros)	
Orçamento de rendimentos	2010
Vendas	15 200
Prestações de serviços	16 383 800
Subsídios à exploração	135 900
Outros rendimentos e ganhos	289 400
Reversões	50 000
Juros e outros rendimentos similares	30 000
Total dos rendimentos	16 904 300

Como se constata no gráfico na página seguinte, a rubrica de quotas representa 63 por cento do total dos rendimentos. A segunda verba do nosso orçamento é a da formação e representa 26 por cento. Apenas nestas duas rubricas, são somados 89 por cento dos rendimentos orçamentados.



O valor estimado para as vendas diz respeito a comercialização de brochuras e à edição do livro «Anotações ao SNC».

O valor previsto das quotas dos membros encontra-se distribuído pelas seguintes rubricas:

Previsão de quotas dos membros efectivos 10 688 256 euros

Previsão de quotas dos membros suspensos 197 712 euros

O cálculo foi efectuado com base no número de membros efectivos acrescidos da previsão de 1.125 novos membros inscritos em 2010.

No que toca a formação, previu-se uma receita de 4.350.000 euros, tendo em conta os valores já realizados no período que serviu de base ao presente orçamento, sem esquecer, contudo, a procura de formação que naturalmente o novo sistema contabilístico gerará, como tem sido notório no último trimestre de 2009.

Na rubrica subsídios à exploração, orçamentámos os valores da compensação negociada com o Banco Mundial, no apoio ao protocolo de transferência de conhecimentos com os países lusófonos, bem como os patrocínios habituais decorrentes das acções de formação.

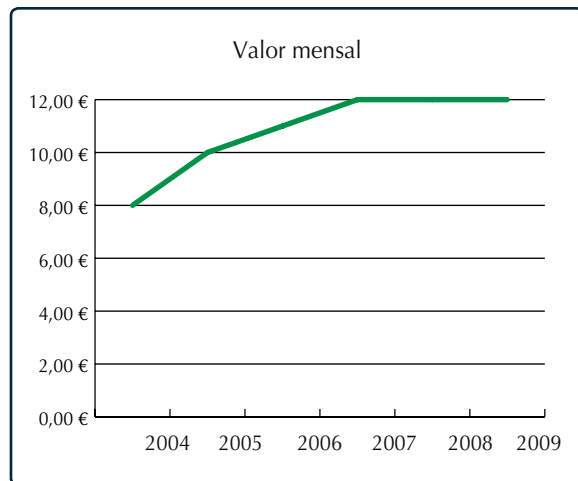
A rubrica de outros rendimentos e ganhos contempla as rendas previstas das instalações da Avenida 24 de Julho, ao mesmo valor do ano de 2009, uma vez que o coeficiente de actualização das rendas para o ano de 2010 é 1. Para além das rendas, contemplámos ainda outros rendimentos que não têm cabimento nas rubricas anteriores, nomeadamente correcções de exercícios anteriores.

O cálculo do valor a orçamentar para as reversões teve como base a experiência de exercícios anteriores, embora se constate que está a haver uma reposição maior do que em anos anteriores.

Finalmente, a rubrica dos rendimentos financeiros regista um decréscimo face ao ano anterior, uma

vez que só, a partir de Outubro, voltámos a entregar as verbas do fundo de pensões em prejuízo das aplicações financeiras e dos seus rendimentos. A confirmar-se a recuperação dos mercados financeiros, e tendo em conta os compromissos assumidos, prevê-se que a entrega das verbas para os fundos de pensões ocorram nas datas estipuladas, provocando a correspondente redução dos rendimentos financeiros.

Antes de terminar a análise dos proveitos, não será despidendo lembrar que apesar das actualizações anuais dos custos e aumento da nossa capacidade de resposta a toda a classe profissional, com o aumento de recursos humanos e materiais, as nossas quotas têm registado a seguinte evolução:



A verdade é que apesar disso, a par dum crescimento patrimonial sustentado, temos revelado uma actividade associativa profissional ímpar, quer em termos de resposta às necessidades dos membros quer em termos de afirmação na sociedade em geral e, em particular, junto dos nossos parceiros, como o materializa a nossa recente passagem a Ordem.

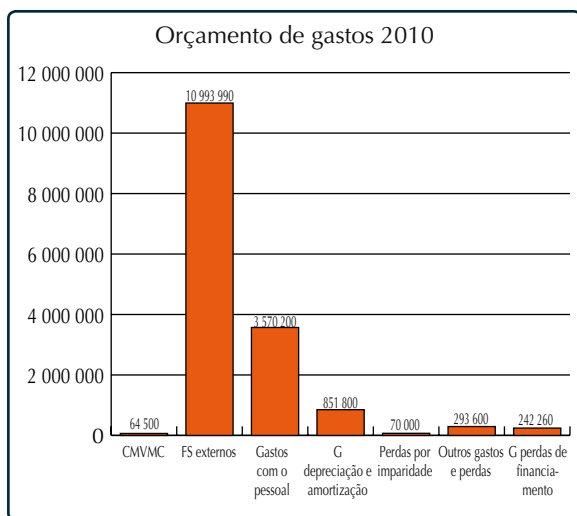
Gastos

No respeito pelo princípio da coerência, transversal a toda a realidade de gestão e contabilidade, mantivemos o mesmo respeito pelos pressupostos de prudência e continuidade na elaboração do orçamento em causa.

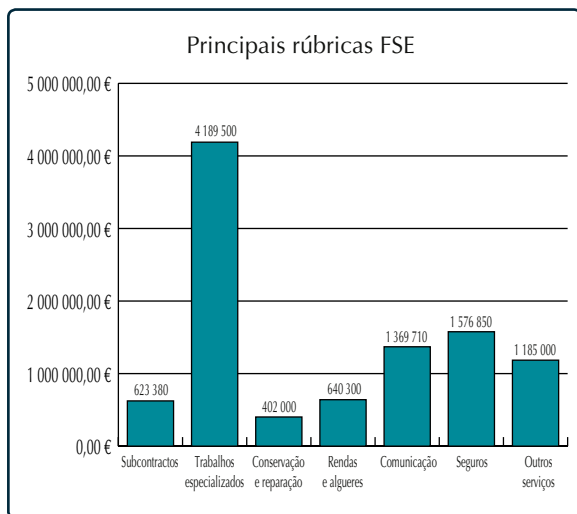
Da análise mais profunda desta classe, constatamos que os fornecimentos e serviços externos representam 68 por cento do nosso orçamento. A segunda rubrica, mais representativa, é a de gastos com pessoal, com cerca de 22 por cento do total de gastos do exercício. Estas duas em conjunto representam, 90 por cento dos gastos orçamentados.

(Valores em euros)

Orçamento de gastos	2010
CMVMC	64 500
Fornecimentos e serviços externos	10 993 990
Gastos com o pessoal	3 570 200
Depreciação e amortização	851 800
Perdas por imparidade	70 000
Outros gastos e perdas	293 600
Gastos e perdas de financiamento	242 260
Total dos gastos	16 086 350



Da rubrica de custos de mercadorias vendidas e matérias consumidas, o valor considerado tem a ver com os custos dos livros "Anotações ao SNC" e ainda os custos dos consumíveis fornecidos por ocasião das acções de formação, nomeadamente, pastas, esferográficas, blocos de apontamentos, crachás, etc.



Quanto aos trabalhos especializados, neste gráfico juntámos os montantes orçamentados independentemente da sua proveniência, isto é, este valor inclui os serviços prestados por trabalhadores independentes e por empresas de prestação de serviços de formação, de consultoria, de advocacia, solicitadoria, controladores de qualidade e similares o que perfaz um total de 4 189 500 euros, correspondentes a 38 por cento do valor total de fornecimentos e serviços externos.

A segunda rubrica mais elevada dos gastos é a de seguros e respeitam aos seguros de responsabilidade civil e de saúde dos membros, num valor de 650 000 euros e 874 000 euros, respectivamente. A rubrica de comunicações representa 12 por cento dos gastos previstos para o exercício de 2010, no valor de 1 369 710 euros. Esta rubrica inclui os serviços normais de correio e ainda o decorrente do processo eleitoral a ter lugar em Fevereiro de 2010 (936 800 euros), Internet (323 100 euros) e onde se inclui os gastos com a realização e manutenção do projecto "WebTV", dinamizado após o sucesso que constituiu a transmissão, via Internet, do 3.º Congresso. A rubrica seguinte é de outros serviços onde se inclui as verbas correspondentes às rendas das nossas instalações na Avenida 24 de Julho e ainda a contribuição habitual da nossa Ordem para o fundo de pensões, no valor de 1 000 000 de euros anuais.

Quanto às rendas e alugueres, trata-se dos valores previstos para arrendamento de espaços e aluguer de equipamentos para as formações que prevemos ministrar ao longo do ano.

A rubrica de subcontratos engloba os serviços relacionados com o SITOC, distribuição do CD-ROM e impressão das revistas «TOC» e «Contabilidade e Gestão».

Finalmente, os gastos de conservação e reparação são os previstos para a manutenção das nossas instalações bem como equipamentos de transporte e informáticos.

Quanto à rubrica de gastos com o pessoal, tendo em conta os factores acima enunciados, procedemos à sua orçamentação pessoal tendo em conta dois novos dados: a composição dos órgãos estatutários face aos novos estatutos, com início em Março de 2010, bem como o alargamento do nosso quadro de pessoal, com a admissão de seis novos colaboradores. Para além disto, orçamentámos um acréscimo de custos de 3 por cento, com o objectivo de fazer face aos aumentos salariais anuais do pessoal, promoções nas carreiras bem outros custos que advêm da alteração da nossa orgânica e que se reflectirão nesta rubrica de gastos.

Nas rubricas de gastos de depreciação e de amortização procedemos ao cálculo de acordo com a

expectativa de vida útil dos bens e tendo em conta a aquisição de novos activos fixos.

Na rubrica de perdas por imparidade, consideramos um valor de 70 000 euros para fazer face a correcções de dívidas de quotas a receber no seguimento de decisões jurídicas.

Na rubrica de outros gastos e perdas, consideramos os custos previstos para a concretização do protocolo de cooperação com os países lusófonos, negociado com o Banco Mundial, como acima se referiu, no montante de 100 000 euros. Além deste valor, contemplámos ainda o valor das quotas nas organizações internacionais de que a Ordem faz

parte, bem como apoios e patrocínios a conceder, no âmbito do nosso objecto social.

Finalmente, a rubrica de gastos e perdas de financiamento inclui os gastos financeiros com a operação de *leasing* para aquisição da sede da Ordem, na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa, bem como todos os gastos com os serviços bancários que nos são prestados, quer através das cobranças das caixas automáticas disponibilizadas em todas as nossas representações e ainda todos os outros serviços bancários que nos são prestados.

Abaixo apresentamos os mapas por rubricas dos gastos e proveitos orçamentados.

(Valores em euros)

Gastos	Orçamento 2010	Orçamento 2009	Varição
Custo das mercadorias vendidas e consumidas	64 500	223 700	-71%
Custos das mercadorias vendidas	7 500	68 700	-89%
Custo das matérias consumidas	57 000	155 000	-63%
Fornecimentos e serviços externos	10 993 990	10 545 420	4%
Subcontratos	623 380	634 705	-2%
Base de dados - SITOC	290 880	304 705	-5%
Serviços de Impressão - Revistas	332 500	330 000	1%
Serviços especializados	4 963 900	4 144 600	20%
Trabalhos especializados	1 881 700	1 564 100	20%
Serviços de auditoria	15 300	15 300	0%
Serviços de advocacia	92 500	80 000	16%
Formadores	150 000	143 600	4%
Consultores externos	450 000	310 000	45%
Coordenadores	22 100	20 000	11%
Suporte arquivo electrónico	12 500	16 300	-23%
Outros trabalhos especializados	235 000	252 500	-7%
Serviços de edição/envelopagem de revistas	70 000	72 000	-3%
Serviços de restauração - formação	327 200	317 500	3%
Brochuras - formação	170 000	180 000	-6%
Mailing's	15 000	13 500	11%
Comissões/grupos de trabalho	100 000	13 000	
Cédulas profissionais	99 600	2 500	
CTT-aviso/recibo quotas	90 000	103 400	-13%
Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses/Revista IDEFF	17 500	22 500	-22%
Prémios "Profs. Sousa Franco/Rogério Fernandes Ferreira"	15 000	2 000	
Publicidade institucional	304 000	105 000	
Vigilância e segurança	68 400	67 200	2%
Honorários	2 307 800	2 030 800	14%
Formadores	1 141 500	1 110 000	3%
Consultores externos	356 300	209 700	70%
Consultoria técnica	148 800	58 200	156%
Consultoria informática	90 200	89 500	1%
Elaboração manuais de formação	117 300	62 000	89%
Oradores	12 000	15 000	-20%
Coordenadores de formação	17 500	2 800	
Comissões/grupos de trabalho	595 000	611 800	-3%
Pareceres jurídicos/solicitadores/outros	185 500	81 500	128%

(Continuação na página seguinte) →

(Valores em euros)

Gastos	Orçamento 2010	Orçamento 2009	Variação
Conservação e reparação	402 000	377 500	6%
Outros			
Materiais	116 650	122 600	-5%
Ferramentas e utensílios	200	200	0%
Livros e documentação técnica	3 950	4 200	-6%
Material de escritório	103 400	110 000	-6%
Artigos para oferta	9 100	8 200	11%
Energia e fluídos	74 500	78 500	-5%
Electricidade	57 600	60 000	-4%
Combustíveis	10 000	12 000	-17%
Água	6 900	6 500	6%
Deslocações, estadas e transportes	300 000	496 720	-40%
Deslocações e estadas	300 000	496 720	-40%
Serviços diversos	4 915 560	5 068 295	-3%
Rendas e alugueres	640 300	665 560	-4%
Instalações - representações	-	20 130	-100%
Espaços	454 400	478 610	-5%
Equipamentos	185 000	165 920	11%
Viaturas	900	900	0%
Comunicação	1 369 710	1 301 960	5%
Telefones	62 400	63 800	-2%
Correio	936 800	902 640	4%
Telemóveis	46 800	33 000	42%
Internet/WebTv	323 100	301 920	7%
TV Cabo	610	600	2%
Seguros	1 576 850	1 573 882	0%
Ramo automóvel	5 000	5 000	0%
Multi-riscos	9 700	9 700	0%
Seguro de responsabilidade civil TOC	650 000	650 000	0%
Ramo de transporte de mercadorias	35 500	35 500	0%
Ramo viagem em grupo	2 000	2 000	0%
Seguro de saúde dos TOC	874 000	871 032	0%
Acidentes pessoais	650	650	0%
Contencioso e notariado	12 300	17 200	-28%
Despesas de representação	65 000	52 000	25%
Limpeza, higiene e conforto	59 000	63 950	-8%
Outros serviços	1 185 000	1 188 443	0%
Fundo Pensões Horizonte Valorização	1 151 733	1 151 733	0%
Outros	33 267	36 710	-9%
Publicações obrigatórias	7 400	205 300	-96%
Gastos com o pessoal	3 570 200	3 484 450	3%
Remunerações dos órgãos da Ordem	636 337	807 800	-21%
Remunerações do pessoal	2 298 960	2 034 700	13%
Encargos sobre remunerações	549 693	548 210	0%
Órgãos da Ordem	124 514	158 210	-21%
Pessoal	425 180	390 000	9%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19 962	19 900	0%
Gastos de acção social	18 500	21 000	-12%
Outros gastos com o pessoal	46 748	52 840	-12%

(Continuação na página seguinte)

(Valores em euros)

Gastos	Orçamento 2010	Orçamento 2009	Varição
Gastos de depreciação e de amortização	851 800	899 885	-5%
Propriedades de investimento	39 975	39 975	0%
Activos fixos tangíveis	811 825	859 910	-6%
Perdas por imparidade	70 000	60 000	17%
Em dívidas a receber	70 000	60 000	17%
Outros gastos e perdas	293 600	303 100	-3%
Impostos	40 100	55 100	-27%
Perdas em inventários	4 000		
Quebras	4 000		
Outros	249 500	248 000	1%
Correcções relativas a exercícios anteriores	5 000	-	
Quotizações	127 400	126 000	1%
Apoios e patrocínios	17 100	20 000	-15%
Protocolo de cooperação c/países lusófonos	100 000	100 000	0%
Outros não especificados	-	2 000	-100%
Gastos e perdas de financiamento	242 260	557 525	-57%
Juros suportados	70 360	402 525	-83%
Juros de financiamento obtidos	70 360	402 525	-83%
Outros gastos e perdas de financiamento	171 900	155 000	11%
Outros	171 900	155 000	11%
Total dos gastos	16 086 350	16 074 080	0%

(Valores em euros)

Rendimentos	Orçamento 2010	Orçamento 2009	Varição
Vendas	15 200	151 000	-90%
Mercadorias	15 200	151 000	-90%
Prestações de serviços	16 383 800	16 258 120	1%
Jóias	112 500	106 000	6%
Quotas-Membros efectivos	10 688 256	10 837 776	-1%
Quotas Membros em regime de suspensão	197 712	187 344	6%
Inscrições-Formação eventual	1 500 000	1 300 000	15%
Inscrições-Formação permanente	400 000	300 000	33%
Inscrições-Formação segmentada	900 000	900 000	0%
Inscrições-Conferências	300 000	300 000	0%
Inscrições-3.º Congresso	-	175 000	-100%
Inscrições-Formação à distância	1 250 000	850 000	47%
Vinhetas	100 000	150 000	-33%
Multas-Processos disciplinares	135 000	105 000	29%
Cursos de formação exame a TOC	-	300 000	-100%
Encontro Nacional dos TOC	8 000	7 500	7%
Indeferimento de candidaturas	3 600	6 000	-40%
Reinscrições	9 750	8 250	18%
Publicidade na revista «TOC»	124 000	124 000	0%
Exames	617 200	576 000	7%
Taxas de acreditação das empresas (art.º 8.º RAC)	4 200	8 000	-48%
Taxas de acreditação das acções (12.º RAC)	29 100	12 000	143%
Taxas e emolumentos	4 482	5 250	-15%

(Continuação na página seguinte) →

(Valores em euros)

Rendimentos	Orçamento 2010	Orçamento 2009	Varição
Subsídios à exploração	135 900	209 800	-35%
Patrocínios acções de formação	35 900	36 700	-2%
Outros patrocínios	100 000	173 100	-42%
Reversões	50 000	-	
Outros rendimentos e ganhos	289 400	279 523	4%
Rendas e outros rendimentos em prop. investimento	151 733	151 733	0%
Outros rendimentos e ganhos	137 667	127 790	8%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	30 000	42 937	-30%
Juros de aplicações financeiras	30 000	42 422	-29%
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	515	-100%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	16 904 300	16 941 380	0%
Resultado Líquido	817 950	867 299	-6%

Conclusão

Dos valores que estiveram na base do nosso orçamento, constatámos que teremos ganhos e rendimentos no valor total de 16 904 300 euros e gastos e perdas no valor de 16 086 350 euros. Assim, o resultado orçamentado é de 817 950 euros.

Orçamento de investimentos

A vida da nossa Ordem tem-se pautado pelo investimento de acordo com as necessidades de realização dos nossos objectivos, com vista a servir melhor os membros. E é na continuidade dessa linha que prevemos para o ano de 2010 o investimento que abaixo discriminamos.

(Valores em euros)

Investimentos	Orçamento 2009	Orçamento 2010
Activos fixos tangíveis	773 500	393 500
1. Edifícios e outras construções	393 500	93 500
Representação Vila Real	93 500	93 500
Representação de Faro	300 000	0
2. Equipamento de transporte	80 000	0
3. Ferramentas e utensílios	0	0
4. Equipamento administrativo	300 000	300 000
Projecto «Web TV»	250 000	250 000
Diverso	50 000	50 000
Investimentos em curso	500 000	500 000
6. «Casa do TOC»	500 000	500 000
Total de Investimentos	1 273 500	883 500

Trata-se de um resultado inferior ao previsto para 2009. No entanto, temos de ter em conta os objectivos que norteiam a nossa Instituição, no sentido de implementar respostas capazes de satisfazer as necessidades, para que os seus membros façam face às dificuldades provenientes das alterações que o ano de 2010 irá introduzir no exercício da nossa profissão.

Além disso, novos desafios se propõem face ao novo Estatuto que foi reconhecido aos profissionais, com a passagem a Ordem. E é com este orçamento que nos propomos levar avante tão importante desafio à Ordem e aos membros.

Mantemos para o ano de 2010, a aquisição da nossa representação em Vila Real, uma vez que, por razões que nos ultrapassam de todo e cuja concretização formal, neste momento, aguarda o decurso de prazos provocados por alterações realizadas no prédio.

Em matéria de investimentos na rubrica de equipamento administrativo, prevemos um investimento na ordem dos 300 000 euros, distribuídos por duas rubricas: o projecto «Web TV», no valor de 250 000 euros e outros equipamentos no valor de 50 000 euros. Quanto ao primeiro, a experiência e sucesso que foi a transmissão do 3.º Congresso dos TOC, via Internet, é suficientemente revelado-

ra da importância que a sua concretização deve ser ultimada e das potencialidades que podem ser aproveitadas para fazer chegar a toda a nossa classe os benefícios destas tecnologias de informação. A previsão de investimento de 50 000 euros destina-se a fazer face a actualizações e aquisições de equipamento informático, imprescindível ao bom funcionamento da nossa Instituição.

Face ao investimento orçamentado para o período de 2010, o mapa financeiro será o seguinte:

to, como é de todos conhecido, a crise financeira levou a que no ano passado, tivéssemos optado por aplicações financeiras em vez da transferência para o fundo de pensões. No entanto, a situação tem-se invertido e por isso transferimos para o fundo de pensões as verbas correspondentes, de acordo com os compromissos assumidos no orçamento e plano de actividades para o ano de 2009, conforme se demonstra no quadro no final da página.

(Valores em euros)

Actividade corrente	Orçamento 2009	Orçamento 2010
Rendimentos correntes *	16 941 380	16 854 300
Gastos correntes *	15 114 195	15 164 550
Saldo	1 827 184	1 689 750
Investimento	1 273 500	893 500
Saldo	-1 273 500	-893 500
Saldo da gerência anterior	5 909 648	6 463 332
Final para a gerência seguinte	6 463 332	7 259 582

* Não inclui as amortizações e os ajustamentos

Das rubricas de rendimentos e gastos não constam, como é óbvio, as amortizações e reversões, gerando-se assim o saldo final positivo de 7 259 582 euros.

Finalmente, apresentamos os mapas das aplicações financeiras com os valores do ano de 2009 e com os compromissos que a nossa Ordem tem para com o Fundo de Pensões, no decurso do período de 2010. Assim, de acordo com o assumido, afectaremos 1 000 000 euros do valor das quotas dos membros e ainda o valor correspondente às rendas das nossas instalações na Avenida 24 de Julho, num total de 1 151 733 euros, uma vez que o coeficiente de actualização das rendas para o próximo ano é 1, os valores das rendas manter-se-ão. Por outro lado, ao contrário do ano anterior, não figuram as aplicações financeiras. De fac-

De acordo com o compromisso assumido, consagramos os 500 000 euros destinados à concretização do projecto «Casa do TOC», na sequência do que vem sucedendo nos últimos três anos.

Finalmente, a rubrica do Fundo de Solidariedade Social que se mantém dentro dos valores assumidos que são de 250 000 euros.

Aprovado em reunião de Direcção, realizada em 30 de Novembro de 2009.

A Direcção

Presidente: *António Domingues de Azevedo*

Vice-Presidente: *Armando Pereira Marques*

Secretário: *Jaime Soares dos Santos*

Secretário: *Filomena Felgueiras Moreira*

Tesoureiro: *Manuel Vieira de Sousa*

(Valores em euros)

Fundos e aplicações acumulados	Orçamento 2009	Orçamento 2009 Acumulado	Orçamento 2010	Orçamento 2010 Acumulado
1. Fundo de pensões	151 733	3 511 196	1 151 733	6 515 572
Pensões-Gere	151 733	3 511 196	1 151 733	6 515 572
2. Aplicações financeiras	1 500 000	3 602 643	500 000	2 250 000
Fundo de pensões	1 000 000	1 852 643		
«Casa do TOC»	500 000	1 500 000	500 000	2 000 000
Fundo de solidariedade social		250 000		250 000
Total	1 651 733	7 113 839	1 651 733	8 765 572



ORDEM
dos TÉCNICOS OFICIAIS de CONTAS

ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS
Avenida Barbosa du Bocage, 45, 1049-013 LISBOA
Tel.: 217 999 700 • Fax: 217 957 332 • www.ctoc.pt